

Artigo Original

A INFÂNCIA ASILADA: NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DOS DESVALIDOS NA CORTE

Original Article

ASYLUM AND CHILDHOOD: EDUCATION AND POVERTY IN NINETEENTH-CENTURY RIO DE JANEIRO

Felipe Ziotti Narita*

narita@netsite.com.br

<http://lattes.cnpq.br/6612495570989946>



CAMINE: Cam. Educ. = Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



Resumo

Este texto pretende ensaiar algumas reflexões sobre o sentido da formação do *Asylo de Meninos Desvalidos*, fundado em 1875, no âmbito da instrução primária do Rio de Janeiro dos anos 1870. Além de abrigar meninos pauperizados do município da Corte, a instituição fornecia ensino para a infância desvalida do meio urbano. Recorta-se, neste estudo, o arco cronológico compreendido entre 1875 e 1878 a fim de apresentar algumas análises acerca dos meninos ingressos, das normas de regimento e das práticas pedagógicas cultivadas como edificantes para o bom governo da infância. Analisaremos, para tanto, textos legais, compêndios adotados nas aulas e relatórios de admissão e de desligamento de meninos escritos pela própria Diretoria do *Asylo de Meninos Desvalidos*.

Palavras-chave: história da educação. Brasil Império. infância. instrução primária.

Abstract

This essay intends to sketch an analysis on childhood education in Brazil during the 1870s. In this sense, this paper points out the formation of "Asylo de Meninos Desvalidos" founded in 1875 to provide better support for Primary Instruction. Emphasizing the period between 1875 and 1878, I read up on almanacs and official reports in order to present the making of specific pedagogical ideas for childhood teaching in urban area of Rio de Janeiro.

Keywords: history of education. Imperial Brazil. childhood. primary instruction.

*Blanche fille aux cheveux roux,
Dont la robe par ses trous
Laisse voir la pauvreté
Et la beauté,
(Baudelaire, A une mendicante rousse)*

* Graduando em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Franca Membro do grupo de pesquisa do CNPq intitulado "Políticas públicas e democratização do ensino no Brasil". Sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel.

Os curtos versos de Baudelaire, creio, permitem uma reflexão que não se prende apenas ao estilo e à disposição das pausas que se desenham ao longo do poema apresentado junto aos *Tableaux Parisiens*. Certamente adicionadas à edição de 1861, da obra *Les fleurs du mal*, as letras do poeta não deixaram escapar as intensas agitações sociais e culturais que se seguiram pelos anos 1860 e 1870: os contornos assumidos pela vida urbana ganhavam cores ainda mais vibrantes, anunciando as cidades como instrumento de afirmação civilizacional, enredado pelo sem-número de projetos urbanos vinculados à palavra mágica do “progresso” (políticas de higienização, telégrafos elétricos, iluminação pública, abastecimento de água etc.). Se Baudelaire estilizava, nos quadros parisienses, o modernismo vivido nos centros urbanos como uma espécie de “força cultural” que se impunha em meio às sensibilidades e gestos das experiências fugidias do cotidiano, o autor igualmente tematizava os atores que se distribuía pelas ruas. Qual personagem seria mais familiar à vida urbana senão a jovem mendicante, cujo corpo enfermo vestia os trapos que deixavam ver a pobreza? As cidades, que abrigavam as transformações em voga, também excluía.

Deixemos, pois, o poeta um pouco de lado. Não é interesse deste texto adentrar a discussão acerca da linguagem poética e, tampouco, das formulações de Baudelaire sobre o Belo – temáticas certamente exploradas pelo poema aqui indicado como epígrafe. O que nos interessa, em contrapartida, é que a jovem mendicante retratada em Paris talvez não fosse imagem de todo distante dos maiores centros urbanos do Brasil de fins do século XIX. Guardadas as devidas proporções demográficas entre as grandes cidades europeias e as áreas urbanas do Império no trópico, a mendicância e o crescimento das camadas pauperizadas da população urbana muito incomodaram os grupos políticos dirigentes do Oitocentos brasileiro. Estes, ao contrário do poeta francês, nada viram de admirável na massa de desvalidos que se avolumava nas capitais: a pobreza parecia, pois, uma espécie de anti-Brasil que embaraçava a civilização das cidades.

Não à toa, a vigilância sobre a população em condição de extrema pobreza na cidade do Rio de Janeiro era comumente associada ao corpo de polícia. O que não significava, bem entendido, que a ação policial fosse o único meio para o controle dos mendicantes e vadios que perambulavam pelas ruas da Corte. Isso porque o século XIX, especialmente nas últimas décadas, assistiu a um significativo grau de especialização institucional para o recolhimento e trato dos desvalidos das grandes

idades: seja por meio de obras de caridade, dos asilos ou dos institutos, os cidadãos passaram a ser institucionalizados e devidamente encaixados em perfis sociais para os quais se buscava uma política de inserção e acomodação na ordem imperial. Os “muitos indivíduos infelizes de condição pobre, affectados de alienação mental”, por exemplo, não mais deveriam ser trancafiados nas prisões “no interesse de manter-se a ordem e a tranquilidade pública”: para esses alienados, o decreto de julho de 1841 regulamentou o Hospício de Pedro Segundo, já encontrado em devido funcionamento em 1875, quando o chefe de polícia Luiz de Hollanda Cavalcanti d’Albuquerque (1875, p. 23) defendeu que o recolhimento de alienados em prisões “não está em harmonia com a nossa civilização, nem com os princípios humanitários.”

Os tais “princípios humanitários” do Dr. Albuquerque, aliás, serviam para justificar a ação do poder imperial sobre outro grupo de desvalidos ao qual se destinava a formação de asilos nas cidades: a infância. Especificamente no caso das crianças desvalidas, oriundas de famílias pobres e, muitas vezes, entregues à própria sorte nas ruas da Corte, a produção de estratégias de abrigo e disciplinarização trouxe à tona a questão da instrução. Além de fornecer morada e víveres era mister prover os jovens engenhos com a educação moral e prática de que necessitariam para o mundo do trabalho. O século XIX produzia uma política de civilização da infância, o que implicava o aparecimento de projetos de educação distintos dirigidos aos menores, destinando-os a espaços específicos nas cidades por meio da “produção de novas relações de autoridade” e da “elaboração de novas formas de comportamento” (VEIGA, 2004, p. 37). A preocupação com a infância desvalida, com efeito, evidencia

[...] a redefinição de percepções sociais a respeito da “caridade”, da “pobreza” e da “mendicância”. A partir de meados do século XIX, a filantropia moderna questionava as práticas caritativas, demonstrando a necessidade de intervir nos hábitos e comportamentos das classes populares – não poucas vezes associadas às “classes perigosas” –, por meio de campanhas educativas nas quais se exaltavam princípios como a positividade do trabalho, do modelo familiar nuclear, da economia, da moralidade e da religião (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 75).

Os asilos, portanto, tornavam-se espaços centrais para o recolhimento e ensino das crianças em estado de pobreza. O próprio chefe de polícia da Corte, Miguel Calmon du Pin e Almeida (1877, p. 255), reconhecia que essas instituições

eram verdadeiras “válvulas de escape”, retirando a infância da vida errante das ruas, colocando-a apartada do convívio com vadios que estorvavam o trânsito dos bondes “commettendo outros actos reprovados, como pequenas gatunices, desordem, etc.” Almeida acreditava que conduzir os meninos aos asilos era sempre preferível a ter que enviá-los ao “xadrez”, porque “vão adquirir nas prisões educação mais prejudicial á sociedade.” A educação recebida no período de detenção parecia fundamental para a correção dos hábitos condenados, segundo as impressões do chefe do corpo de polícia: “não sendo estes meninos verdadeiros criminosos”, tratava-se de precavê-los contra o “perigoso genero de vida que levam”, de modo que a solução mais razoável parecia mesmo ser a de “dar-lhes uma educação moral, religiosa e artistica, que os habilite a serem bons e uteis cidadãos.” Por fim, Almeida recomendava aos agentes da força pública que entregassem os meninos aos cuidados do *Asilo de Meninos Desvalidos*, situado em Vila Isabel e criado pelo decreto de janeiro de 1874, mas cujo regulamento só foi aprovado em janeiro de 1875, de modo que a instituição entrou em funcionamento em março de 1875.

O recolhimento de meninos envolvidos com as “gatunices” de que falava o chefe de polícia parece ter sido recorrente no Asilo. Essas ocasiões, inclusive, traziam à baila as constantes pendengas jurídicas travadas entre os grupos que pretendiam o controle social dos menores: disputavam, nesse sentido, o desembargador de polícia, o diretor do Asilo, os tutores (pais ou familiares, geralmente) e o Juiz de órfãos quem daria a última palavra no destino dos meninos. As coisas se azedavam ainda mais quando os pais, por inúmeros motivos, eram ausentes, e o menino se recusava a retornar ao tutor: esse parece ter sido o caso de Ladislao de Farias, natural de Minas Gerais. O menor, que deve ter sido enviado pelo pai ao Rio de Janeiro no início de 1874 para aprender algum ofício com o padrinho, alfaiate, pouca sorte encontrara no município da Corte: colocado para vender “ballas d’assucar” nas estações dos bondes, Ladislao logo arrumou encrencas com a polícia porque “gostava de jogar”, de modo que poucos dias depois do episódio, em março de 1875, já se encontrava junto ao Asilo de Meninos Desvalidos (N. 512-75, 1875, AN). Casos como o de Ladislao, ainda, demonstram que a preocupação dos grupos dirigentes não era necessariamente a vadiagem e a recorrência de pequenos delitos a que os meninos estavam expostos: produzia-se, no asilamento da infância, todo um discurso higienista que deslegitimava os

maltrapilhos, identificando na pobreza o reduto contra o qual se voltava a racionalidade do mundo urbano. Não era fortuito, pois, que Rufino Augusto d'Almeida, diretor do Asilo, logo notasse que Ladislao “trajava calça e camisa imundas, descalço, cabellos crescidos, verdadeiro ninho de vermes: o corpo indicava longa ausencia de banho.”

Os sinais físicos eram verdadeiros distintivos sociais. O Asilo institucionalizava a infância também por meio da disciplina imposta aos corpos. A bem da verdade, o regime de “vestuário decente” a ser trajado pela infância teve longa vivência nos textos legais do Império. O regulamento de Couto Ferraz (BRASIL, 1854, p. 57), por exemplo, em fevereiro de 1854, já prescrevia que o governo haveria por bem recolher os menores de 12 anos em estado de indigência que vagassem pelas ruas sem certas vestimentas mínimas. Incumbindo-se de meninos entre 6 e 12 anos que atestassem o tal “estado de indigência”, o Asilo levava a cabo as recomendações do texto de 1854, além de adotar uma série de medidas profiláticas: logo nas primeiras linhas do regulamento – aprovado em janeiro de 1875 –, o documento informa que “os meninos desvalidos, que forem recolhidos ao Asilo, serão logo vacinados, se o não tiverem sido antes” – medida que por bem se justificava na política de contenção de contágios e epidemias que impedia a admissão dos que “sofrerem de moléstias contagiosas ou incuráveis” e dos que “tiverem defeitos phisicos que os impossibilitem para os estudos e para a aprendizagem de artes ou officios” (BRASIL, 1876, p. 6-7). Produzia-se o perfil físico de uma infância devidamente higienizada segundo as prerrogativas do controle social exercido pela “ideologia da higiene” (CHALHOUB, 1996, p. 35), que buscava o aperfeiçoamento moral e material da nação por meio da gestão do espaço urbano, legitimando conceitos como “civilização”, “ordem” e “limpeza”.

O próprio currículo escolar da instituição, aliás, zelava pela boa aparência dos corpos. Em relatório referente às atividades de 1876, o diretor interino João Joaquim Pizarro (1877, p. 4) dava conta de que

A aula de gymnastica é freqüentada por todos os alumnos. Considerada antes como util exercicio hygienico, do que meio de adquirir profissão que de futuro lhes proporcione meios de subsistência, estas praticas que se fazem tres vezes por semana lhes tem assegurado um notavel gráo de vigor e robustez.

Os exercícios de ginástica, então, já faziam parte dos diferentes níveis de ensino: no Imperial Colégio de Pedro Segundo, tanto no internato quanto no externato, o mestre Pedro Meyer pedia a compra de novos aparelhos para implementação do método francês de Amoros, o que mostra que a instrução imperial possuía “agente, tempos e espaços escolares específicos; conteúdos selecionados e definidos” para amparar a boa compleição dos corpos (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 80).

Não se pode, no entanto, exagerar na nota e acreditar piamente que tudo se passava bem em função das medidas de higiene e dos exercícios físicos: o terror das moléstias rondava a cultura escolar, e o Asilo, apesar de contar com médico e pequeno armazém de remédios, pouco ou nada podia fazer em muitos casos. José Ferreira, 7 anos, sofria de “tuberculos pulmonares em adiantado gráo”: não podendo continuar no Asilo – conforme indica o regulamento –, o menor, em 1876, seria removido a um hospital de caridade se não tivesse sido entregue à mãe a ao tio, que se deslocariam “ao interior desta provincia a fim de experimentarem se a mudança de ares ainda poderá traser proveito” (N. 441-76, 1876, AN). O caso de José Ferreira não era único: em fevereiro de 1876, certo menino Américo também não se encontrava em condições de permanência por sofrer de “molestia dos intestinos considerada incuravel”, de modo que igualmente se requisitava sua remoção dos quadros do Asilo (N. 164-76, 1876, AN).

Os casos desses meninos em situação de grave enfermidade permitem entrever algumas redes de solidariedade formadas entre os grupos pauperizados e pessoas caridosas ou casas de caridade na cidade do Rio de Janeiro. Se os familiares não se incumbissem de cuidar das crianças, o próprio Asilo as remetia aos hospitais, definindo, desse modo, o espaço onde os desvalidos se faziam presentes na vida urbana em busca de assistência. Toda essa dimensão simbólica que enredava a prática cotidiana dos grupos de desvalidos certamente pode ser notada em casos como o da preta Francisca Borges, que, tão logo caísse doente, se dirigiria ao Hospital da Misericórdia não sem antes ter encaminhado petição ao Asilo, em fevereiro de 1876, para amparo de seu filho João, de “onze annos e meio”, que estivera provisoriamente em casa de vizinhos (N. 126-76, 1876, AN). José Roberto Lapa (2008, p. 46) notou que na cidade constituía-se o “território que deve ser normatizado” para a administração dos desvalidos, sobretudo, por meio de certas iniciativas institucionais em favor da pobreza:

É a época dos asilos, tantos quanto necessário, pois essas instituições parecem por excelência assegurar a continuidade, a sistematização, a normatização e o reaproveitamento, quando possível, dos excluídos do sistema, oferecendo, portanto, a assistência social.

Os esforços de caridade, inclusive, eram grandes distintivos da função social confiada aos professores, já que muitos mestres empenhavam-se gratuitamente no oferecimento de aulas aos asilados. A exemplo do bacharel Manoel Pacheco da Silva Junior, que em 1877 encontrava-se lecionando três vezes por semana as aulas de francês, Daniel de Oliveira Barros Almeida assumiu as aulas quando aquele se afastou, prestando-se a “tão sublime obra de caridade” (ALMEIDA, 1878, p. 2). Semelhante oferecimento fez o estudante de quarto ano da Escola Politécnica, Rufino Augusto de Almeida Junior, para ministrar as lições de geometria elementar em meados de 1878. Além dos auxílios no ensino, muitos benfeitores contribuía para o sustento material do Asilo: esse parece ter sido o caso de Octaviano Hudson, que, “mostrando-se um discípulo de S. Vicente de Paulo, um verdadeiro irmão da caridade”, zelava pelo bem estar dos asilados e das famílias, “solicitando donativos de toda a especie para elles” (ALMEIDA, 1878, p. 2).

Alguns dramas familiares, aliás, mostravam os significados públicos do que ocorria na vida privada. Afinal, proporcionar instrução adequada à infância tornava-se questão de “tranquilidade publica” quando se tratava de lidar com indivíduos sem meios de subsistência, já quase às raias da mendicância e da indigência. A necessidade de fornecer educação a esses grupos é colocada como argumento central em várias requisições de recolhimento no Asilo, como no caso de Margarida da Silva, mulher de Francisco Joaquim da Silva, cujo estado de miséria em 1875 a impossibilitava de “curar da educação” dos meninos Heitor e Manoel: após indagar “pessoa qualificada”, o diretor do Asilo assevera que “o marido é um perverso, que sem motivos a abandonou bem como aos filhos, vivendo na devassidão”, o que justificava a necessidade de se conceder o favor imperial da educação aos seus “desventurados filhinhos”.

Da mesma forma que Margarida da Silva, inúmeras outras suplicantes como Marianna Augusta Smith, Maria Francisca Calmon e Felismena Joaquina do Espírito Santo também procuravam justificar a necessidade de admissão de seus filhos enfatizando, além dos precários – ou inexistentes – recursos de subsistência, a total falta de meios para a educação da infância (N. 1408-75, 1875, AN; N. 292-75, 1875,

AN). A tomar por base os cálculos do escrivão Joaquim José Pinto de Serqueira, em dezembro de 1876, o Asilo já contava com 96 meninos matriculados nas aulas oferecidas, de modo que as divisas da casa já davam conta de manter classes de ginástica, música vocal e instrumental, desenho e matérias de instrução primária. Dizia-se, inclusive, que a aula de primeiras letras (os rudimentos da instrução primária) do professor Leopoldo Ribeiro Pires Machado era: “uma das aulas em que mais se têm distinguido vários asilados; pois tendo a maioria entrado analphabetos, já lêem muito correntemente; compõem phrases correctas, escrevem com bôa letra.” (PIZARRO, 1877, p. 3-4).

A construção do saber escolar, certamente pautada na ação pedagógica do professor como grande condutor dos alunos ao esclarecimento, não ignorava de todo a presença dos próprios meninos como agente no processo de escolarização da infância. Após as lições, alguns asilados “dos que freqüentam esta aula em rasão do seu adiantamento são considerados monitores, ou guias de seus companheiros menos adiantados” (PIZARRO, 1877, p. 4).

Alguns meninos pareciam tão adiantados que muito se apostava no cultivo das belas artes entre os asilados. O responsável pelas aulas de desenho, Antonio Araújo de Souza Lobo – o mesmo que fora premiado pelo Imperador na Academia de Belas Artes em 1873 –, acreditava que, dentre os cinquenta alunos que freqüentavam suas lições em fins de 1876, “merecem especial menção oito dentre elles”, pois revelavam “muito tino observador e criterio no contorno de fórmias e distribuição de claros e escuros” (PIZARRO, 1877, p. 4). Igualmente entusiasmado como o progresso do ensino parecia se encontrar o professor de música Francisco José Martins – professor do Liceu de Artes e Ofícios –, cujos alunos “tocam já cincoenta e seis peças de musica e acham-se actualmente em ensaios composições para orchestra”: o diretor interino João Joaquim Pizarro (1877, p. 4) era ainda mais otimista, acrescentando que “no fim de sua educação neste Asylo, alguns destes meninos se tornarão habéis professores, e assim terão adquirido um meio de vida que não é dos menos lucrativos”.

Se o prognóstico do diretor Pizarro de fato se cumpriu não temos como saber, pois, além de extrapolar os limites impostos a este texto, não foi possível acompanhar a trajetória social dos egressos na documentação manuscrita consultada no Arquivo Nacional. O que de fato nos interessa na fala do então diretor interino do Asilo é que a preocupação em fornecer acesso a futuros “meios de vida”

aos asilados parece ter estado presente nas diversas aulas da instituição, evidenciando uma tensão fundamental nas práticas pedagógicas voltadas à infância desvalida – qual modelo de ensino seria o ideal: a educação literária de cunho bacharelesco com as aulas teóricas ou o ensino dos “ofícios mecânicos” para os trabalhos práticos do cotidiano? Talvez a questão seja menos de buscar antinomias do que de tentar compreender a unidade construída entre educação literária e aprendizado de ofícios manuais no sentido de legitimar a “tranquilidade pública”, inserindo a infância na ordem política do Estado imperial. Maria Zélia Maia de Souza (2008) muito bem notou que a organização física do Asilo se dava de modo a compreender basicamente três funções: casa, escola e oficina. Espaços profundamente conectados por meio de um esforço de civilização que, nas formas escolares assumidas pela instituição, produziu uma concepção de infância para a qual se destinava uma pedagogia que se pretendia capaz de amparar os meninos desvalidos em meio à vida urbana cultivada no município da Corte.

Desde o regulamento de janeiro de 1874, o aprendizado dos chamados “ofícios mecânicos” integrava o currículo escolar como etapa complementar das “aulas teóricas”. O texto normativo informa que os meninos estudariam ofícios de funileiro, encadernador, sapateiro, ferreiro, alfaiate, marceneiro etc. Referidos na documentação como aulas de “ensino profissional”, em texto publicado em 1878, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho (1878, p. 90), acreditava se tratar do curso que “mais directamente influe no futuro dos asylados.” As palavras do conselheiro Leôncio de Carvalho certamente não eram infundadas. Mesmo a diretoria do Asilo considerava uma das necessidades mais urgentes a construção de novas oficinas para emprego de mais meninos “que se vão tornando mancebos, e que muito perdem não se entregando já a um officio ou arte” (ALMEIDA, 1878, p. 2). Malgrado a proeminência desses ofícios, apenas duas oficinas encontravam-se em funcionamento – ainda que mal acomodadas – em fins de 1877: as aulas de alfaiate e de sapateiro. Estas, inauguradas em julho daquele mesmo ano, progrediam “com maior lentidão” ao passo que aquelas, iniciadas em julho de 1876, já davam conta de preparar quase toda a roupa utilizada no Asilo. O diretor Rufino Augusto de Almeida (1878, p. 1) informa, nesse sentido, que a oficina de alfaiate produzia “blusas e calças de panno fino”, além de “peças de brim pardo” sob supervisão do mestre alemão Pedro Riegel.

Com os “ofícios mecânicos” cultivava-se o sentido prático da aprendizagem que, por meio do trabalho, se convertia no fundamento da boa ordem da infância construída no Asilo. Rufino de Almeida, nesse sentido, não se mostrava lá grande entusiasta da “idéa de dar criados e serventes a meninos desvalidos”, já que pretendia “preparal-os para criados de si mesmos”. Entendia-se que

Assim, pois, todos os diferentes serviços, necessarios a este estabelecimento, são feitos pelos asylados, segundo as forças e aptidões de cada um. E desta fórmula espero, que entre elles se encontrem bons operarios: poderemos em breve ter excelentes marceneiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, optimos professores de musica, bons cozinheiros, horteleiros, trabalhadores de enxada, e excellentes criados (ALMEIDA, 1878, p. 3).

A disciplina que preparava os meninos para o mundo do trabalho também excluía. Muitos documentos foram escritos pela diretoria do Asilo a fim de “eliminar do quadro d’este Asylo (entregando á seus parentes)” alguns menores que não se mostrassem suficientes para o ensino da casa. Em maio de 1877, essa foi a justificativa empregada nos casos de Carlos Cesar da Silva, que “tem demonstrado inaptidão quer para os estudos, quer para o aprendizado de qualquer officio”, e de Manoel Pessôa de Andrade, que “sofre do cerebro, demonstrando ser idiota”, de modo que “é um dos menores que mais trabalho tem dado aos empregados do Asylo” (N. 46, 1877, AN).

As estratégias pedagógicas adotadas para inserir a infância desvalida no trabalho, conforme notam José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008, p. 108), evitavam “os perigos representados pela população posta à margem” ao passo que logravam abastecer

[...] os postos de trabalho com uma 'gente' minimamente capacitada e disciplinada, cabendo ao mundo do trabalho dar seqüência ao controle iniciado na casa e na escola. Neste sentido, as autoridades competentes e o universo da filantropia percebiam os asilos como uma forma de assistência social, mas também como medida de controle social posto que, freqüentemente, a população pobre e desassistida foi representada sob os adjetivos de 'arruaceira, capoeira e delinqüente'. Deste modo, ao combinar rudimentos da instrução com aprendizagem profissional, assistiam, controlavam o mundo da 'desordem' e, por tabela, ofereciam uma mão-de-obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata.

Os juízos a propósito dos ofícios, no entanto, não eram unânimes. Alguns parentes entendiam que o ensino “se deve referir todo elle ao ensino litterario, e quasi todos com pretenções afidalgadas olham com máos olhos e sentem repugnancia em verem seus filhos dedicados aos rudes trabalhos de lavoura ou aos labores de um officina” (PIZARRO, 1877, p. 5). À parte a depreciação do trabalho manual que longa história tem por estas plagas, a posição dos familiares sugere uma contradição entre aprendizado de ofícios e ensino literário que inexistia na pedagogia aos desvalidos cultivada no Asilo. A infância que se pretendia construir vinculava-se a uma acurada educação intelectual, prezando, a um só tempo, pela moralidade aprendida nas leituras edificantes e o amor ao trabalho.

A indissociabilidade entre ensino literário/moral e aprendizado de ofícios, com efeito, fica bastante explícita no caso dos cursos agrícolas. Em tempos em que se acreditava que a agricultura fosse a principal fonte das riquezas da nação, o ensino agrícola (sobretudo as aulas de “ensino theorico e pratico dos melhores systemas de cultura”) deveria encontrar invulgar espaço em escolas urbanas “de onde se irradia a luz da civilisação para o interior.” As palavras defendidas pelo desembargador Diogo Teixeira de Macedo (1869, p. 31) em fins de 1869 devem ter, de alguma forma, repercutido no incentivo ao “ensino profissional”. No Asilo de Meninos Desvalidos, também em função das “excellentes terras de qualidades variadas” do terreno, sugeria-se a criação de “um pequeno curso theorico e pratico de horticultura e floricultura”, o que parecia ser de bom proveito “quér pelo lado moral quér pelo financeiro” (ALMEIDA, 1878, p. 3).

Ora, a questão financeira parece suficientemente clara: com o aprendizado do cultivo de víveres e da floricultura, alguma quantia dos cofres públicos seria poupada na manutenção do estabelecimento. Quanto ao “lado moral”, a questão certamente dizia respeito a inculcar nos meninos uma espécie de “ética do trabalho” contra os vícios da vida errante e das desordens da indigência. Não à toa, dizia-se que

Por ser este Asylo uma instituição que tem por fim exclusivamente abrigar á meninos desvalidos da miseria e protegel-os contra toda a sorte de vícios que acarreta a falta de educação litteraria e religiosa, penso que a missão de quem os dirige é, aproveitando as aptidões, preparar-lhes o seu bem estar futuro, provocando em cada um delles o amor pelo trabalho intelligente, a favor do qual poderão viver (PIZARRO, 1877, p. 4).

O ensino das letras e dos preceitos religiosos, aliás, a contar pelas requisições de compêndios utilizados nas aulas, era parte significativa da instrução aos desvalidos no Asilo. Segundo os dados de outubro de 1876, requisitava-se a compra de livros bem difundidos pelas salas de aula das províncias do Império desde os anos 1850 (ASYLO..., 1876a, AN). Para as aulas de instrução primária, por exemplo, além dos 200 livros de silabários, o Asilo demandava a remessa de “60 destes de Fabulas por J. J. da Rocha.” A cada uma das 120 fábulas, imitadas de Esopo e de La Fontaine, dispostas na primeira edição da obra, em 1852, Justiniano José da Rocha acrescentou lições de “moralidade”, prescrevendo virtudes, prudência e honestidade para a harmonia social. O bom uso do livro pelo professor exercitaria a leitura por meio da memorização de exemplos, de modo que as fábulas “captivão, despertando a curiosidade, toda atenção do menino, encrustão-se-lhe na memória, e tanto que no teor da vida voltão-lhe em multiplicadas allusões.”

Malgrado a ausência de um capelão no Asilo, segundo informam as edições de 1877 e 1878 do *Almanak Laemmert* – publicação anual do município da Corte –,¹ o ensino religioso também era preocupação no currículo escolar.² As matérias de instrução religiosa ficavam por conta dos “100 exemplares de Cathecismo da Doutrina Christã pelo conego J. C. Fernandes Pinheiro.” Inicialmente escrita para uso dos alunos do Imperial Instituto de Meninos Cegos da Corte, a obra do cônego Fernandes Pinheiro foi originalmente publicada em 1857, sendo dividida em 45 lições separadas em 4 partes (história, dogma, moral e culto) que orientam os alunos na compreensão dos preceitos da religião, no sentido de fundamentar as práticas pedagógicas dos professores por meio da tradição zelada pela Igreja, entendida como “a palavra de Deus não escripta” (PINHEIRO, 1857, p. 73).

A observância moral em voga no Asilo, aliás, produzia uma cultura escolar pautada nos exemplos de boa conduta. Por isso, em março de 1876, a diretoria recusava-se a recolher certo Luiz Bernardes, “mancebo de 16 para 17 annos” que

¹ O *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro* – mais conhecido como *Almanak Laemmert* – foi publicado anualmente, entre 1844 e 1889, pela tipografia dos irmãos franceses Henrique e Eduardo Laemmert. Pude consultar as edições de 1875, 1876, 1877 e 1878, de modo que nos quadros do *Asilo de Meninos Desvalidos* consta que o cargo de “capellão” encontrava-se “vago” (ALMANAK..., 1875, p. 243; ALMANAK..., 1876, p. 101; ALMANAK..., 1877, p. 101; ALMANAK..., 1878, p. 103).

² O regulamento de janeiro de 1875 determinava que o capelão tem “sobre os alumnos a mesma autoridade dos Professores e Mestres” ao “ensinar aos asylados, nos domingos e dias santos, antes ou depois da missa e da explicação do Evangelho do dia, segundo determinação do Director, a moral e doutrina christã, para cujo ensino adoptará o catechismo approved pelo Prelado diocesano” (BRASIL, 1876, p. 14-15).

“mais parece uma fera, do que um ente humano”: após causar confusão nas ruas com um praça do corpo de polícia, Luiz fora enviado ao Asilo, onde provocou algum mal-estar ao dizer que estava “disposto a suicidar-se ou á commetter um assassinato á ficar neste asylo”, de modo que não era conveniente “a moralidade e disciplina que os menores asylados estejam presenciando a repetição de scenas d’escandalo” (ASYLO..., 1876b, AN). A análise do regime disciplinar desenvolvido no Asilo permite aproximá-lo do que Goffman (1961) chamou de “instituição total”: um espaço social capaz de produzir um tipo de racionalidade que empalidece o senso de indivíduo por meio da disciplinarização dos gestos e atitudes, buscando a padronização de comportamentos na instituição.

Ademais, à parte essa discussão de caráter mais sociológico, a educação da infância asilada, cultivando por meio das letras as qualidades morais do aprendizado de ofícios e da futura pertença ao mundo do trabalho, buscava, também no ensino da História, temas edificantes para a instrução dos meninos. O Asilo encomendava 60 livros dos “Episódios de História Pátria contados à infância”, do mesmo cônego Fernandes Pinheiro,³ que organizava as lições no sentido de construir, a partir de uma visão retrospectiva da história, uma ordenação de fatos e de datas para buscar as raízes nacionais em um processo cujo fim já se anuncia: a legitimação do espaço imperial com Pedro II. O professor, desse modo, era uma espécie de guia que conduzia os alunos pelos meandros da narrativa histórica, tomando-os sempre como interlocutores e mostrando-lhes o dever moral de pertença a uma monarquia católica cuja história no trópico se justificava pela Providência e pela lealdade dos jovens súditos ao “paiz em que nascestes, e para cuja grandeza e prosperidade deveis contribuir” (PINHEIRO, 1860, p. 10).

Os primeiros anos de funcionamento do Asilo permitem observar os traços de uma pedagogia tipicamente ligada à vida urbana, fornecendo aos meninos desvalidos algum saber letrado para moralizar e ordenar o mundo do trabalho. Sob o favorecimento do poder imperial, o sentido da aprendizagem prática dos “ofícios mecânicos” revestia-se com o hábito da religião na defesa da boa ordem contra os indesejáveis da urbe oitocentista.

REFERÊNCIAS

³ Em pesquisa acurada publicada na Revista do IHGB, Osvaldo Melo Braga (1958, p. 234) informa que os “Episódios de História Pátria contados à infância” foram originalmente publicados pela Typographia de Pinheiro & Cia., em 1859. Consultando os catálogos de publicações do cônego Fernandes Pinheiro na Biblioteca Nacional, no entanto, só encontrei a edição da B. L. Garnier, de 1860, de modo que esta será a referência na redação deste texto.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro (AN)

ASYLO dos meninos desvalidos, março de 1876b. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

ASYLO dos meninos desvalidos, 11 de outubro de 1876a. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 292-75, 1875. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 512-75, 1875. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 1408-75, 1875. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 126-76, 1876. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 164-76, 1876. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 441-76, 1876. Pasta IE5-22. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 32, 1877. Pasta IE5-23. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

N. 46, 1877. Pasta IE5-23. Série Educação. CODES. Código de fundo: 93.

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

PINHEIRO, J. C. F. **Catecismo de Doutrina Christian composto para o ensino dos alumnos do Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1857.

_____. **Episódios de historia patria contados á infancia**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1860.

ROCHA, J. J. **Collecção de fabulas imitadas de Esopo e de Lafontaine**. Rio de Janeiro: Typographia Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães, 1852.

The Latin American Microfilm Project (LAMP)⁴

ALBUQUERQUE, L. H. C. Relatório apresentado pelo chefe de polícia Dr. Luiz de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque. In: AZAMBUJA, B. A. N. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigesima legislatura no dia 8 de setembro de 1875 pelo vice-presidente, conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja**. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1875.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Larmmert, 1875.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Larmmert, 1876.

⁴ Existe, em curso, uma tentativa de digitalização de boa parte dos documentos oficiais do Império e da República depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O projeto chama-se “Brazilian Series Documents Project” e está vinculado ao “The Latin American Microfilm Project (LAMP)” do “Center for Research Libraries (CRL)”. Trechos da documentação podem ser livremente consultados em: FUNDAÇÃO ANDREW W. MELLON (online).

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Larmer, 1877.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Larmer, 1878.

ALMEIDA, M. C. P. Secretaria da Policia da Corte. In: ALBUQUERQUE, D. V. C. **Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima sexta legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos negocios da Justiça**. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1877.

ALMEIDA, R. A. Relatorio do Director do Asylo dos Meninos Desvalidos. In: CARVALHO, C. L. **Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima setima legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

CARVALHO, C. L. **Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima setima legislatura pelo conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MACEDO, D. T. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da decima-setima legislatura no dia 1o de outubro de 1869**. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869.

PIZARRO, J. J. Relatoio do Asylo de Meninos Desvalidos de 1876. In: CUNHA e FIGUEIREDO, J. B. **Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

Bibliografia citada

BRAGA, O. M. Cônego Dr. Fernandes Pinheiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 232-277, jul./set. 1958.

BRASIL. Decreto nº. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1854**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. Tomo XVII. Parte II. p. 45-68. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

_____. Regulamento do Asylo de meninos desvalidos de 1875. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1875**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1876. Tomo XXVIII. Parte II. p. 06-18. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. Os Exercicios Gymnasticos no Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1870). **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 69-81, set. 2003.

FUNDAÇÃO ANDREW W. MELLON. **Projeto de Imagens de Publicações Officiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American**

Microform Project. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 2009

GOFFMAN, E. **Asylums**: essays on the social situation of mental patients and others inmates. New York: Anchor Books, 1961.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAPA, J. R. A. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Ed. UNICAMP; São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, M. Z. M. **Educar, trabalhar, civilizar no asilo de meninos desvalidos (1875-1894)**: caminhos possíveis. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VEIGA, C. G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.